

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDAMENTADAS NA EDUCAÇÃO PELA PESQUISA

¹Marcilene Sousa de Araujo

²Fernanda Araujo dos Santos

³Nivia Maria Vieira Costa

RESUMO

A educação inclusiva constitui princípio fundamental para a construção de uma educação democrática, equitativa e acessível a todos os estudantes. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da formação docente, da educação pela pesquisa e do uso de recursos didáticos inclusivos na promoção da inclusão escolar na Educação Básica, considerando as vivências práticas no contexto escolar como elemento formativo para a docência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e participante, fundamentada em autores como Freire (1996), Demo (2007), Mantoan (2015) e Vygotsky (2007), bem como em documentos legais: Constituição Federal (BRASIL, 1988), LDB (BRASIL, 1996), Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e BNCC (BRASIL, 2018). As vivências práticas ocorreram por meio do estágio supervisionado e da atuação como apoio à educação especial durante um ano letivo em escola pública de Bragança-PA, com estudantes público-alvo da educação especial (TEA, TDAH, deficiência intelectual e motora). Os resultados evidenciam que: (i) a formação docente constitui alicerce para práticas inclusivas, sendo a ausência de preparação uma das principais barreiras à inclusão; (ii) os recursos didáticos inclusivos, quando planejados e mediados pedagogicamente, favorecem a acessibilidade curricular e o engajamento dos estudantes; (iii) a educação pela pesquisa revela-se estratégia pedagógica potente ao respeitar ritmos, estilos e potencialidades individuais; (iv) a efetivação da inclusão escolar demanda atuação articulada entre escola, família e poder público, com garantia de profissionais de apoio e condições estruturais adequadas. Conclui-se que a educação inclusiva, mais que paradigma educacional, configura-se como compromisso ético-político que exige formação docente qualificada, recursos didáticos apropriados e políticas públicas efetivamente implementadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação docente. Educação pela pesquisa. Recursos didáticos inclusivos. Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea enfrenta o desafio de garantir o direito à aprendizagem a todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo equidade no processo educativo. Nesse cenário, a educação inclusiva emerge como paradigma fundamental que busca assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e altas habilidades. Conforme destaca Mantoan (2011), a inclusão escolar

¹ Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, IFPA/Campus Bragança. E-mail: sousamarcilene944@gmail.com

² Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas, IFPA/Campus Bragança. E-mail: faraujodossantos163@gmail.com

³ Professora Titular do IFPA/Campus Bragança. Doutora em Educação. E-mail: nivia.costa@ifpa.edu.br

não se restringe à matrícula do estudante, mas implica a construção de condições pedagógicas que favoreçam sua participação efetiva e seu pleno desenvolvimento.

A efetivação da inclusão escolar está diretamente relacionada à formação docente, uma vez que o professor exerce papel central como mediador do processo de ensino e aprendizagem. Freire (1996) ressalta que o educador deve assumir postura crítica e reflexiva, capaz de reconhecer as especificidades dos estudantes e promover práticas educativas que contribuam para sua autonomia e emancipação. Paralelamente, a educação pela pesquisa apresenta-se como estratégia pedagógica significativa para o desenvolvimento da aprendizagem e da autonomia discente. Segundo Demo (2007), educar pela pesquisa significa formar sujeitos críticos, capazes de construir conhecimento por meio da investigação, da reflexão e da problematização da realidade.

Outro aspecto relevante refere-se ao uso de recursos didáticos inclusivos, que desempenham papel fundamental na promoção de uma aprendizagem mais acessível, dinâmica e significativa. De acordo com Natal (2013), a utilização de materiais pedagógicos adaptados contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes, possibilitando a superação de barreiras que dificultam o processo de aprendizagem.

A motivação para esta pesquisa fundamenta-se nas vivências práticas desenvolvidas ao longo de um ano letivo em contexto escolar, por meio do estágio supervisionado e da atuação como apoio à educação especial, que permitiram observar os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão, bem como as limitações estruturais e pedagógicas presentes no ambiente escolar. No Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e a BNCC (BRASIL, 2018) reforçam o compromisso legal com a garantia de uma educação inclusiva. Entretanto, persistem lacunas significativas na implementação dessas políticas no cotidiano escolar.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a importância da formação docente na perspectiva da educação inclusiva. Especificamente, busca-se: (i) discutir os desafios da diversidade no ambiente escolar; (ii) destacar o papel da educação pela pesquisa como estratégia pedagógica inclusiva; (iii) investigar a contribuição dos recursos didáticos para a promoção de uma educação democrática e equitativa; e (iv) refletir sobre as vivências práticas em contexto escolar como elemento formativo para a docência inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada, combinando abordagem bibliográfica com pesquisa participante. A opção metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educacionais em profundidade, considerando significados, crenças e valores que permeiam a relação entre formação docente e educação inclusiva (STAKE, 2005). A pesquisa participante decorre da imersão da pesquisadora no contexto escolar durante um ano letivo, possibilitando observação direta, intervenção pedagógica e reflexão sobre a prática.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de levantamento em bases de dados (Google Acadêmico), livros especializados e documentos oficiais do Ministério da Educação, utilizando os descritores: "educação inclusiva", "formação docente", "recursos didáticos inclusivos" e "educação pela pesquisa".

O corpus documental totaliza 26 obras, assim distribuídas:

- 13 livros individuais: Carvalho (2018), Catelli Junior (2016), Demo (2007), Freire (1996), Grandin (2015), Krasilchik e Marandino (2007), Mantoan (2015), Natal (2013), Pletsch (2014), Stake (2005), Vygotsky (2007), Zabala (1998);
- 1 livro organizado: Mantoan (2011);
- 1 capítulo de livro: Rojo (2012);

- 6 artigos científicos: Barbosa (2025), Diniz e Henriques (2024), Guimarães Junior et al. (2022), Lopes et al. (2023), Rodrigues et al. (2026), Viana e Almeida (2024);
- 5 documentos oficiais: BRASIL (1988; 1996; 2008; 2015; 2018).

As vivências práticas ocorreram durante o ano letivo de 2025, em escola pública de Bragança-PA, em duas frentes: (a) estágio supervisionado obrigatório (100 horas) em turmas de ensino fundamental e médio; (b) apoio à educação especial para estudantes com TEA, TDAH, deficiência intelectual e motora.

Foram realizadas observações sistemáticas registradas em diário de campo, elaboração de relatórios reflexivos e desenvolvimento de recursos didáticos inclusivos, testados e avaliados na prática. Esses registros constituem o corpus empírico da pesquisa.

O percurso estruturou-se em quatro etapas: (1) imersão no campo e observação participante; (2) levantamento e seleção do material bibliográfico; (3) leitura e análise do material; (4) análise de conteúdo temática, estabelecendo diálogo entre teoria e vivências práticas.

A articulação entre fundamentação teórica e experiência prática permitiu compreensão contextualizada dos desafios e possibilidades da educação inclusiva no cotidiano escolar.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Os resultados fundamentam-se na análise da literatura científica articulada às vivências práticas da pesquisadora no contexto escolar, por meio da atuação como estagiária e apoio à educação especial.

A falta de preparação docente é uma barreira crítica para a inclusão escolar (Pletsch, 2014), pois pode levar à reprodução de práticas homogeneizantes que, em vez de incluir, acabam por excluir. Na vivência prática, essa lacuna formativa ficou evidente na dificuldade inicial em adaptar atividades para atender à diversidade de estudantes. Por outro lado, a formação que integra teoria e prática de forma consistente mostra-se eficaz na superação desses desafios (Viana; Almeida, 2024; Barbosa, 2025). Durante o estágio, o planejamento e a execução de atividades adaptadas resultaram em maior engajamento dos alunos, confirmando que uma preparação docente adequada exige o domínio de estratégias pedagógicas flexíveis, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

A utilização de recursos didáticos planejados é fundamental para tornar o ensino mais acessível a todos (Natal, 2013; Diniz; Henriques, 2024). A prática com materiais diversificados, como pranchas de comunicação alternativa e jogos pedagógicos inclusivos, favoreceu significativamente o engajamento e a participação dos estudantes (Rodrigues et al., 2026). Contudo, a experiência também revelou que o recurso, por si só, não é suficiente: é imprescindível a mediação docente para articulá-lo aos objetivos pedagógicos e às necessidades específicas de cada aluno, garantindo que o instrumento se converta em aprendizagem.

A abordagem da educação pela pesquisa (Demo, 2007) mostrou-se uma prática intrinsecamente inclusiva ao respeitar os diferentes ritmos, interesses e potencialidades dos estudantes. Na prática, projetos investigativos desenvolveram-se de forma a engajar, simultaneamente, alunos com TDAH, altas habilidades/superdotação e deficiência intelectual, cada qual contribuindo e aprendendo a partir de suas possibilidades. Ao adotar a pesquisa como princípio educativo (Lopes et al., 2023; Guimarães Junior et al., 2022), forma-se sujeitos mais autônomos e críticos, com o professor atuando como orientador e mediador, valorizando a interação social e a construção colaborativa do conhecimento, conforme proposto por Vygotsky (2007).

A inclusão escolar é um direito constitucional assegurado por um arcabouço legal robusto no Brasil (BRASIL, 1988; 1996; 2015; 2018). No cotidiano escolar, porém, a ausência de apoio especializado, recursos adequados e políticas públicas efetivas ainda se configura como um obstáculo que exclui muitos alunos, gerando insegurança e receio nas famílias. Essa realidade contrasta com os

momentos em que há suporte efetivo e acolhimento, quando se observam avanços significativos no desenvolvimento dos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Isso confirma que a parceria colaborativa entre família e escola, como defendido por Mantoan (2015), é indispensável para o sucesso do processo de inclusão.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça esse compromisso ao estabelecer que a educação deve promover a equidade, reconhecendo as diferenças e assegurando oportunidades de aprendizagem a todos (BRASIL, 2018). As vivências práticas permitiram observar, em consonância com a literatura, que quando há apoio adequado da gestão, acolhimento da comunidade escolar e recursos pedagógicos inclusivos mediados por professores preparados, os estudantes público-alvo da educação especial apresentam avanços significativos em seu desenvolvimento acadêmico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo atingiu o objetivo de analisar a importância da formação docente na perspectiva da educação inclusiva. A formação docente constitui alicerce da escola inclusiva, exigindo postura investigativa, reflexiva e crítica, com indissociabilidade entre teoria (Freire, Vygotsky, Mantoan) e prática. A educação pela pesquisa (Demo, 2007) e os recursos didáticos inclusivos (Natal, 2013) confirmaram-se como estratégias fundamentais para autonomia discente e acessibilidade curricular.

As vivências práticas corroboraram que formação adequada e recursos apropriados viabilizam a inclusão. O estudo contribui ao reforçar a necessidade de incorporar discussões sobre inclusão nos cursos de licenciatura e valorizar experiências práticas como estágios. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre escola, família e poder público, com garantia de profissionais de apoio, recursos acessíveis e políticas públicas eficazes. Sugerem-se estudos longitudinais sobre egressos e pesquisas sobre implementação de políticas inclusivas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria Isabel. Educação inclusiva e prática docente: barreiras, caminhos e estratégias formativas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 3, p. 45–60, 2025.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
- CATELLI JUNIOR, Roberto. Temas e linguagens da história: ferramentas para a sala de aula no ensino médio. São Paulo: Contexto, 2016.
- DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- DINIZ, Andreia Viana da Silva; HENRIQUES, Eda Maria de Oliveira. Formação docente e os desafios da educação inclusiva. *Debates em Educação*, v. 16, n. 38, p. 1–18, 2024.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRANDIN, Temple. Uma menina estranha: autobiografia de uma autista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GUIMARÃES JUNIOR, José Carlos et al. Formação docente para educação inclusiva: um olhar sobre as pesquisas. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, 2022.

KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de Ciências e cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LOPES, R. D. C. et al. Formação docente sobre inclusão escolar: revisão integrativa da literatura. *Revista Educação Especial*, v. 36, n. 1, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). O desafio das diferenças na escola. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NATAL, Justino Marinense. Pesquisas e recursos didáticos na formação e prática docente. Curitiba: InterSaberes, 2013.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação especial e inclusão escolar. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim et al. Inclusive education and teacher training: a systematic review. *Frontiers in Education*, v. 11, 2026.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos. In: ROJO, R.; MOURA, E. (org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.

STAKE, Robert E. A arte da investigação com estudos de caso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

VIANA, Rosângela Silva de Araújo; ALMEIDA, Delma Holanda. Educação inclusiva e formação docente: desafios e perspectivas. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 2, 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.